

### A pandemia de Covid-19 e seus entrelaçamentos com desigualdade de gênero, insegurança alimentar e apoio social na América Latina

The Covid-19 pandemic and its linkages with gender inequality, food insecurity and social support in Latin America (abstract: p. 13)

La pandemia de Covid-19 y sus entrelazamientos con la desigualdad de género, la inseguridad alimentaria y el apoyo social en América Latina (resumen: p. 13)

Luna Rezende Machado de Sousa<sup>(a)</sup>

<luna.rms@ufpr.br> 

Rafael Gomes Ditterich<sup>(b)</sup>

<rafael.gomes@ufpr.br> 

Hugo Melgar-Quinóñez<sup>(c)</sup>

<hugo.melgar-quinonez@mcgill.ca> 

<sup>(a)</sup> Pós-graduanda do curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas (Doutorado), Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Avenida Prefeito Lothário Meissner, 632, Jardim Botânico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Curitiba, PR, Brasil. 80210-170.

<sup>(b)</sup> Departamento de Saúde Comunitária, UFPR. Curitiba, PR, Brasil.

<sup>(c)</sup> Human Nutrition, McGill University. Sainte-Anne-de-Bellevue, Quebec, Canadá.

Enquanto crises econômicas desencadeiam o aumento da insegurança alimentar (IA) e da desigualdade de gênero (DG), o apoio social tem mostrado aliviar esses impactos. No entanto, diferentemente de outros choques econômicos, a pandemia de Covid-19 incluiu no cenário de crise o isolamento social. Este estudo utilizou dados de pesquisa transversal coletados em 18 países da América Latina (AL) para avaliar as mudanças nas percepções de DG e sua associação com a IA e o apoio social durante período de crise econômica na região. Os resultados mostraram aumentos graduais nas percepções de DG na AL e que os entrevistados com IA e baixo apoio social eram os mais propensos a perceber a DG. Mulheres são mais vulneráveis à IA e à violência doméstica, e o isolamento social pode ser um agravante. Políticas públicas devem garantir que mulheres tenham maior controle sobre a renda e bens produtivos.

**Palavras-chave:** Iniquidade de gênero. Segurança alimentar e nutricional. Apoio social. Pandemias. Recessão econômica.

## Introdução

Enquanto as consequências de crises políticas e econômicas, como desemprego e inflação, têm sido associadas ao aumento da insegurança alimentar (IA) e da desigualdade de gênero (DG) ao longo da história, o apoio social tem mostrado atenuar esses impactos<sup>1-3</sup>. Contudo, diferentemente de outros choques econômicos, a pandemia de Covid-19 incluiu no cenário de crise o isolamento social, que além de culminar em desemprego e redução da renda de trabalhadores informais, devido ao fechamento de serviços não essenciais, também dificulta o acesso ao apoio social.

Como agravante, em virtude das medidas de austeridade tomadas pela maioria dos países latino-americanos desde 2015, a provisão de serviços públicos já vinha sendo ameaçada<sup>4</sup>. Essas medidas neoliberais, que reduziram o financiamento de áreas estratégicas como assistência social, segurança alimentar e Atenção à Saúde, agora dificultam a capacidade de resposta governamental a essa pandemia<sup>4</sup>. E diante dessa emergência de saúde e suas consequências econômicas, a precarização do sistema de saúde, o elevado número de desempregados e a redução dos benefícios sociais tendem a se agravar<sup>4</sup>.

Apesar de estar claro o impacto negativo dessa pandemia na economia global, o cenário ainda é pautado em incertezas sobre a extensão dos seus efeitos em diversas áreas sociais. Sendo assim, o estudo de experiências anteriores, envolvendo o impacto de crises econômicas na desigualdade de gênero, segurança alimentar e apoio social, pode apontar potenciais consequências dessa pandemia, e assim direcionar políticas públicas para a mitigação desses efeitos. Desse modo, esta pesquisa procura: 1) avaliar mudanças nas percepções da desigualdade de gênero e insegurança alimentar na América Latina (AL) durante período recente de recessão econômica; 2) medir a associação das percepções de desigualdade de gênero com a insegurança alimentar e o apoio social durante a crise; e 3) analisar a resposta governamental dos países latino-americanos mais vulneráveis aos impactos da pandemia de Covid-19 nessas áreas.

## Metodologia

### Dados e amostragem

Utilizando dados de pesquisa transversal, coletados pelo Gallup World Pool (GWP), de 18 países da América Latina (n = 64,390), este estudo avaliou as mudanças nas percepções de desigualdade de gênero e sua associação com a insegurança alimentar e o apoio social entre 2014 e 2017, período de crise econômica na região. O GWP, criado em 2005, coleta anualmente dados de mais de 150 países, com uma amostra nacional média de 1.000 adultos, utilizando o método de amostragem por *clusters* em vários estágios para garantir a representatividade nacional de adultos<sup>5</sup>. Esta pesquisa compreende, em maioria, medidas de opinião e percepção, incluindo também dados demográficos<sup>5</sup>. Os dados foram coletados pessoalmente e após a coleta foram ponderados por idade, sexo, escolaridade e *status* socioeconômico de cada país, com base nas estatísticas populacionais<sup>5</sup>.

## Variável de desfecho

A percepção da desigualdade de gênero, utilizada como variável de desfecho (dependente), foi medida pela pergunta dicotômica “As mulheres são tratadas com respeito e dignidade no seu país?”, em que uma resposta negativa indica a percepção de que mulheres não são tratadas com respeito e dignidade. Quando as mulheres não são tratadas com respeito e dignidade, pode se remeter à violência contra a mulher (física, sexual ou psicológica), à não garantia dos seus direitos básicos ou à escassez de oportunidades de emprego e renda, situações que têm em suas raízes a desigualdade de gênero<sup>6</sup>; desse modo, essa variável foi utilizada como *proxy* para a percepção dessa desigualdade.

## Variáveis de exposição

Segurança alimentar e apoio social foram utilizados como variáveis de exposição (independentes). O estado de segurança alimentar foi medido pela Escala Internacional de Insegurança Alimentar (FIES), utilizada pela Food and Agriculture Organization (FAO) para acompanhar anualmente a prevalência de insegurança alimentar ao redor do mundo<sup>7</sup>. A Fies consiste em oito perguntas estruturadas sobre dificuldades no acesso regular a uma alimentação adequada devido à falta de recursos financeiros<sup>7</sup>. De acordo com suas respostas, os entrevistados são classificados em: Segurança Alimentar (acesso regular a uma alimentação adequada); Insegurança Alimentar Leve (comprometimento da diversidade e da qualidade da alimentação); Insegurança Alimentar Moderada (redução na qualidade e na quantidade da alimentação); e Insegurança Alimentar Grave (vivência experiências de fome, como pular refeições ou ficar um dia inteiro sem comer devidamente)<sup>7</sup>.

O apoio social foi abordado pelo índice Social Life Index, composto por duas perguntas dicotômicas: 1) Quando você está com problemas, tem parentes ou amigos com os quais pode contar para ajudá-lo?; 2) Você está satisfeito com as oportunidades de conhecer pessoas e fazer amigos onde você mora?<sup>4</sup>. Esse índice classifica os indivíduos como tendo baixo (se respondeu “não” a ambas as questões), moderado (se respondeu “sim” a apenas uma questão) ou alto apoio social (se respondeu “sim” a ambas as questões)<sup>5</sup>.

## Variáveis de controle

Características socioeconômicas (faixa etária, escolaridade e renda) foram utilizadas como variáveis de controle. A faixa etária foi analisada em três categorias: jovens (15 a 29 anos), adultos (trinta a 59 anos) e idosos (sessenta anos e mais). A renda foi medida pela renda domiciliar *per capita* e classificada em quintis, dos 20% mais pobres aos 20% mais ricos. A escolaridade foi baseada na conclusão do nível educacional: fundamental, médio e superior.

## Análises estatísticas

Análises descritivas foram usadas para avaliar as mudanças nas percepções de desigualdade de gênero na América Latina, como região, e em 17 países latino-americanos, utilizando o teste z ajustado pela correção de Bonferroni para identificar diferenças significativas entre as proporções ( $p \leq 0,05$ ). Com base nas mudanças na percepção de desigualdade de gênero, os países da América Latina foram organizados em três grupos quanto à tendência encontrada no período: aumento, estabilidade e diminuição.

Um modelo múltiplo de regressão logística binária, no qual foram incluídas todas as variáveis selecionadas neste estudo, foi utilizado para explorar a associação da percepção de desigualdade de gênero (variável de desfecho) com o estado de segurança alimentar e apoio social (variáveis de exposição), controlando para o efeito de fatores socioeconômicos (renda, educação e faixa etária). As variáveis de exposição e de controle foram verificadas para alta colinearidade antes de incluir no modelo de regressão e não foram constatados valores de  $r \geq 0,7$ . As análises estatísticas foram realizadas no *software* SPSS (versão 23).

## Resultados

Observou-se alta prevalência e tendência crescente na percepção de que mulheres não são tratadas com respeito e dignidade na América Latina durante o período de crise econômica, de 61% em 2014 para 65% em 2017, com grandes diferenças entre os países (Tabela 1). Em 2017, Argentina (76%), Peru (76%), Brasil (77%) e Colômbia (80%) apresentaram a maior prevalência na percepção de desigualdade de gênero na região. Venezuela, México e Argentina mostraram um aumento de mais de 10 pontos percentuais na percepção dos entrevistados sobre a desigualdade de gênero. Em contraste, no mesmo período, Nicarágua e Paraguai apresentaram tendência oposta na percepção de desigualdade de gênero, ao ponto de menos de 50% dos entrevistados responderem que mulheres não eram tratadas com respeito e dignidade no último ano avaliado.

**Tabela 1.** Percentual (%) de entrevistados com a percepção de que “mulheres não são tratadas com respeito e dignidade” na América Latina\* de 2014 a 2017.

| Tendência    | América Latina e países latino-americanos | 2014                  | 2015                | 2016                | 2017                | Varição no período** |
|--------------|---|-----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| Aumento      | América Latina (n= 64.390)                | 60,7 <sup>a***</sup>  | 62,8 <sup>b</sup>   | 63,8 <sup>c</sup>   | 64,9 <sup>d</sup>   | +4,2                 |
|              | Argentina (n= 3.861)                      | 58,4 <sup>a</sup>     | 61,3 <sup>a</sup>   | 66,2 <sup>b</sup>   | 75,9 <sup>c</sup>   | +17,5                |
|              | México (n= 3.886)                         | 47,2 <sup>a</sup>     | 65,0 <sup>b</sup>   | 53,8 <sup>c</sup>   | 62,7 <sup>d</sup>   | +15,5                |
|              | Venezuela (n= 2.921)                      | 55,0 <sup>a</sup>     | 60,0 <sup>b</sup>   | 68,1 <sup>c</sup>   | -****               | +13,1                |
|              | Equador (n= 3.895)                        | 39,1 <sup>a</sup>     | 44,5 <sup>b</sup>   | 51,5 <sup>c</sup>   | 48,2 <sup>b,c</sup> | +9,1                 |
|              | Chile (n= 4.034)                          | 57,4 <sup>a</sup>     | 52,7 <sup>b</sup>   | 63,1 <sup>c</sup>   | 65,6 <sup>c</sup>   | +8,2                 |
|              | Uruguai (n= 3.756)                        | 38,3 <sup>a</sup>     | 40,5 <sup>ab</sup>  | 44,8 <sup>b,c</sup> | 46,1 <sup>c</sup>   | +7,8                 |
|              | Costa Rica (n= 3.770)                     | 47,9 <sup>a</sup>     | 48,0 <sup>a</sup>   | 59,7 <sup>b</sup>   | 53,0 <sup>c</sup>   | +5,1                 |
| Estabilidade | Bolívia (n= 3.878)                        | 70,9 <sup>a</sup>     | 64,5 <sup>b</sup>   | 67,5 <sup>ab</sup>  | 69,4 <sup>a</sup>   | 0                    |
|              | Brasil (n= 3.938)                         | 77,5 <sup>a</sup>     | 73,6 <sup>b</sup>   | 76,5 <sup>a,b</sup> | 76,5 <sup>ab</sup>  | 0                    |
|              | Colômbia (n= 3.907)                       | 78,8 <sup>a,b,c</sup> | 79,2 <sup>c</sup>   | 75,1 <sup>b</sup>   | 80,2 <sup>a,c</sup> | 0                    |
|              | El Salvador (n= 3.826)                    | 69,2 <sup>a</sup>     | 67,4 <sup>a</sup>   | 69,0 <sup>a</sup>   | 69,1 <sup>a</sup>   | 0                    |
|              | Guatemala (n= 3.874)                      | 72,3 <sup>a</sup>     | 71,5 <sup>a</sup>   | 68,9 <sup>a</sup>   | 69,1 <sup>a</sup>   | 0                    |
|              | Honduras (n= 3.890)                       | 63,2 <sup>a</sup>     | 64,3 <sup>ab</sup>  | 68,5 <sup>b</sup>   | 61,8 <sup>a</sup>   | 0                    |
|              | Peru (n= 3.886)                           | 75,7 <sup>a</sup>     | 75,4 <sup>a</sup>   | 68,0 <sup>b</sup>   | 76,4 <sup>a</sup>   | 0                    |
|              | Panamá (n= 3.816)                         | 60,0 <sup>a</sup>     | 65,9 <sup>b</sup>   | 63,1 <sup>ab</sup>  | 59,3 <sup>a</sup>   | 0                    |
| Diminuição   | Nicarágua (n= 3.842)                      | 59,2 <sup>a</sup>     | 50,2 <sup>b,c</sup> | 54,0 <sup>c</sup>   | 46,6 <sup>b</sup>   | -12,6                |
|              | Paraguai (n= 2.929)                       | 62,5 <sup>a</sup>     | 70,9 <sup>b</sup>   | 47,2 <sup>c</sup>   | -                   | -15,3                |

\* Belize não é mostrado devido à ausência de dados para os anos de 2015 a 2019, mas os dados de 2014 desse país foram incluídos na análise de regressão logística.

\*\* De 2014 a 2017. \*\*\* As letras sobrescritas indicam se as proporções diferem significativamente entre si ao longo dos anos ao nível de significância de 0,05.

\*\*\*\* Dados ausentes.

Na análise de regressão logística (Tabela 2), a falta de apoio social, a insegurança alimentar e o gênero foram os fatores que apresentaram associação mais forte com a percepção da desigualdade de gênero. Os entrevistados em insegurança alimentar tiveram 30 a 50% (OR 1,50;  $p < 0,001$ ) mais chances de perceber que as mulheres não eram respeitadas. Os mais pobres, os idosos e aqueles com menor escolaridade foram menos propensos a perceber que as mulheres não eram tratadas com respeito e dignidade.

**Tabela 2.** Odds ratio (OR) da percepção de desigualdade de gênero pelos entrevistados, na América Latina, de 2014 a 2017.

| Variáveis                            | OR     | 95% IC**      |
|--------------------------------------|--------|---------------|
| <b>Estado de segurança alimentar</b> |        |               |
| IA grave                             | 1.36** | (1.29 - 1.43) |
| IA moderada                          | 1.50** | (1.42 - 1.58) |
| IA leve                              | 1.26** | (1.21 - 1.32) |
| Segurança alimentar (Ref)****        |        |               |
| <b>Apoio social</b>                  |        |               |
| Baixo                                | 1.73** | (1.58 - 1.89) |
| Moderado                             | 1.43** | (1.38 - 1.49) |
| Alto (Ref)                           |        |               |
| <b>Gênero</b>                        |        |               |
| Mulher                               | 1.43** | (1.38 - 1.47) |
| Homem (Ref)                          |        |               |
| <b>Nível educacional</b>             |        |               |
| Ensino fundamental                   | 0.68** | (0.64 - 0.73) |
| Ensino médio                         | 1.00   | (0.95 - 1.05) |
| Ensino superior (Ref.)               |        |               |
| <b>Renda per capita em quintis</b>   |        |               |
| 20% mais pobres                      | 0.90** | (0.85 - 0.95) |
| 20% em segundo lugar                 | 0.92*  | (0.87 - 0.97) |
| 20% em terceiro lugar                | 0.97   | (0.92 - 1.02) |
| 20% em quarto lugar                  | 1.01   | (0.96 - 1.07) |
| 20% mais ricos (Ref)                 |        |               |
| <b>Faixa etária</b>                  |        |               |
| Idosos (60 anos ou mais)             | 0.90** | (0.86 - 0.95) |
| Adultos (30 a 59 anos)               | 0.96*  | (0.92 - 0.99) |
| Jovens (15 a 20 anos) (Ref)          |        |               |

\*p < 0,05; \*\*p < 0,001; \*\*\*IC: intervalo de confiança; \*\*\*\*Ref.: categoria de referência

## Discussão

### Desigualdade de gênero e insegurança alimentar em período de crise econômica na América Latina

Apesar de todos os esforços recentes em direção à igualdade de gênero, os resultados desta pesquisa evidenciaram um aumento na percepção de que mulheres não são tratadas com respeito e dignidade na América Latina entre 2014 e 2017 (Tabela 1), período marcado por uma acentuada desaceleração econômica na região. Mulheres, pessoas com insegurança alimentar e pessoas com baixo apoio social foram mais propensas a perceber a desigualdade de gênero em seu país (Tabela 2).

Estudos anteriores chamaram a atenção para uma associação entre desaceleração econômica, aumento das desigualdades de gênero e insegurança alimentar<sup>2,8-10</sup>. Pesquisa recente, conduzida por Sousa *et al.*<sup>2</sup>, que avaliou a segurança alimentar na América Latina utilizando a mesma base de dados do GWP para os 18 países latino-americanos, mostrou um aumento na prevalência de insegurança alimentar (de 49% para 57%) na região entre 2014 e 2017, com risco aumentado entre as mulheres, e atribuiu essa piora aos vários países que experienciavam crises econômicas e instabilidade política<sup>2</sup>.

Dentre os países analisados, Argentina, México, Equador, Chile, Uruguai e Costa Rica foram classificados com tendência crescente na percepção da desigualdade de gênero de 2014 a 2017. Dados do Banco Mundial<sup>11</sup> e do Fundo Monetário Internacional<sup>12</sup> mostram que nessa época Argentina, Equador, Chile e Uruguai sofreram quedas acentuadas no crescimento econômico e no aumento do desemprego, enquanto o estudo conduzido por Sousa *et al.*<sup>2</sup> também mostrou um grande aumento da insegurança alimentar nesses países durante o período. Já no México a recessão econômica foi menor, com leve queda no percentual de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), mas acompanhada de aumento da inflação e da insegurança alimentar<sup>2,11,12</sup>. A Costa Rica difere dos demais países, pois apesar de apresentar tendência crescente na percepção de desigualdade de gênero, no período avaliado experienciou um crescimento estável e ligeira redução no desemprego, mas que não resultaram no aumento da segurança alimentar no país<sup>2,11,12</sup>.

Quanto aos países cuja tendência na percepção de desigualdade de gênero se manteve estável no período, podemos organizá-los em três grupos: aqueles que gozavam de um período de estabilidade econômica e redução na insegurança alimentar (El Salvador, Honduras e Panamá); os que passavam por instabilidade econômica com leve desaceleração do crescimento e incremento da insegurança alimentar (Bolívia, Guatemala e Peru); e aqueles que sofriam de graves quedas no crescimento, elevado aumento do desemprego e da insegurança alimentar (Brasil e Colômbia)<sup>2,11,12</sup>. Nesse sentido, Brasil e Colômbia parecem contrariar a hipótese da associação entre crise econômica, insegurança alimentar e percepção da desigualdade de gênero, mas cabe observar que ambos apresentaram as maiores prevalências (77% e 80%) na percepção de desigualdade de gênero na América Latina durante o período. Essas variações da percepção de desigualdade de gênero entre os países podem estar relacionadas ao que Maxfield<sup>13</sup> destacou como heterogeneidade intrarregional que molda a paisagem cultural latino-americana, mas também diferenças econômicas, uma vez que diferentes países tendem a experimentar desaceleração econômica de forma diferente.

No outro extremo, na Nicarágua e no Paraguai a percepção dos entrevistados sobre a desigualdade de gênero diminuiu em 21% e 24%, respectivamente. Além disso, a prevalência da percepção da desigualdade de gênero no Paraguai (47% em 2016) e na Nicarágua (47% em 2017) estiveram entre as mais baixas dentre países latino-americanos. Durante esse mesmo período, ambos os países se beneficiaram de um sustentado crescimento econômico, baixo desemprego e melhoria na segurança alimentar<sup>2,11,12</sup>.

Eastin e Prakash<sup>14</sup> analisaram a relação entre desenvolvimento econômico e igualdade de gênero. Eles explicam que os primeiros avanços na igualdade de gênero estão associados aos estágios iniciais de desenvolvimento econômico<sup>14</sup>. Esses ganhos são desafiados e sofrem retrocesso quando ameaçam instituições patriarcais profundamente arraigadas<sup>14</sup>.

A desaceleração econômica pode funcionar nessa mesma lógica, aumentando a resistência da sociedade patriarcal à medida que se aumenta a competição entre homens e mulheres por oportunidades de emprego cada vez mais escassas.

Em suma, para além da associação entre crise econômica e insegurança alimentar, parece haver um aumento na percepção da desigualdade de gênero em períodos de crise. Essas descobertas são particularmente preocupantes, pois dentre os efeitos da pandemia de Covid-19 na América Latina estão a redução na demanda por *commodities* e nos preços de produtos da exploração mineral, remessas de migrantes retornando de países europeus e norte-americanos, drástico declínio no turismo, fuga de mercados emergentes e desvalorização das moedas nacionais<sup>15</sup>.

Os entrevistados classificados em insegurança alimentar, independentemente do sexo, da renda, da idade e da escolaridade, foram de 30% a 50% mais propensos a perceber que as mulheres não eram tratadas com respeito e dignidade, o que sugere que as pessoas com insegurança alimentar estão mais expostas a um ambiente onde as mulheres enfrentam maior desrespeito<sup>16-18</sup>. A relação entre insegurança alimentar e desigualdade de gênero tem sido explorada pela literatura com evidências de que as mulheres são mais vulneráveis à insegurança alimentar<sup>16,17</sup>.

Essa associação entre mulheres e insegurança alimentar foi atribuída a disparidades de gênero no acesso à educação, ao emprego, aos recursos produtivos e à renda, o que é esperado, pois esses fatores são determinantes da insegurança alimentar<sup>16-18</sup>. Além disso, mulheres se privam para proteger seus filhos, deixando de comer quando não há alimentos suficientes para toda a família, o que faz as mulheres com filhos serem ainda mais vulneráveis à insegurança alimentar<sup>17</sup>.

Um relatório da Comissão Econômica para América Latina e Caribe<sup>19</sup> mostrou elevada disparidade salarial entre homens e mulheres na região e que cerca de 30% das mulheres dependiam da renda de seus parceiros. Essa situação torna as mulheres não só mais vulneráveis economicamente, mas também socialmente dependentes dos homens. Uma metanálise constatou que mulheres têm 40% mais chances de vivenciar insegurança alimentar e que famílias de lares chefiados por elas são 75% mais vulneráveis à insegurança alimentar<sup>17</sup>. Isso significa que além de as famílias chefiadas por mulheres serem mais vulneráveis, com a desaceleração econômica essas famílias podem se tornar dependentes da renda dos homens.

Apesar da clara relação da renda com a segurança alimentar, entre pessoas de um mesmo estrato econômico pode haver diferentes níveis de acesso aos alimentos. Famílias de baixa renda que vivem no meio rural podem se beneficiar do acesso à terra para a produção de alimentos, apesar de continuarem a sofrer as consequências do baixo poder aquisitivo. Outro fator que se sobrepõe à renda é o apoio social entre famílias em condição de pobreza, cujo acesso aos alimentos é restrito; aquelas que podem contar com uma rede de apoio apresentam níveis menores de insegurança alimentar<sup>2,3</sup>.

## O apoio social na proteção da mulher e da segurança alimentar em tempos de pandemia

Nossas descobertas mostraram que, durante a recessão econômica na América Latina, os entrevistados com falta de apoio social tiveram 73% mais chances de perceber que as mulheres não são tratadas com respeito e dignidade. Com a pandemia de Covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, houve um aumento no registro de casos de violência contra a mulher em diversas localidades<sup>20</sup>. Roesch e colaboradores<sup>20</sup> atribuem esse fenômeno às consequências do isolamento social e da crise econômica, explicando que a mulher passa mais tempo com o agressor e em condições de interrupção dos meios de subsistência, com redução do acesso às necessidades e serviços básicos, causando um estresse adicional e elevando o risco de violência doméstica.

Durante a quarentena, as mulheres podem ter menos contato com familiares e amigos que fornecem apoio e proteção, e o rompimento dessas redes sociais e protetoras pode exacerbar ainda mais a violência por parceiros íntimos e suas consequências<sup>20,21</sup>. Os recursos públicos têm sido prioritariamente destinados a atender à emergência de saúde pública, o que pode acarretar na fragilidade e em interrupções de serviços voltados à saúde das mulheres, além de linhas diretas, abrigos, assistência jurídica e serviços de proteção e aconselhamento, diminuindo ainda mais a rede de apoio às mulheres em relacionamentos abusivos<sup>20,22</sup>.

O apoio social emerge como estratégia fundamental para famílias expostas à insegurança alimentar, ajudando com os cuidados infantis e obtenção de comida, auxiliando a produzir e preparar alimentos, e formando conexões para encontrar emprego<sup>1-3</sup>. Pesquisa também realizada na América Latina, envolvendo 65.146 entrevistados, mostrou que indivíduos com baixo apoio social eram duas vezes mais propensos a experienciar insegurança alimentar<sup>2</sup>. Silva e Harpham<sup>23</sup> apontam que as crianças têm um melhor estado nutricional quando suas mães têm maior apoio social, com base em dados de 7.242 crianças de um ano de idade. Esses achados são preocupantes, uma vez que distanciamento social pode enfraquecer as relações pessoais, principalmente naqueles com pouco acesso aos recursos tecnológicos de comunicação durante a pandemia.

### Quais medidas sanitárias e socioeconômicas adotar diante desse cenário

A Organização Pan-Americana de Saúde reuniu orientações de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres contra as ameaças da desigualdade de gênero durante a pandemia. Dentre as orientações estão a manutenção de espaços voltados ao acolhimento de mulheres em risco e que sofreram violência doméstica; a orientação massiva dos profissionais de saúde quanto aos serviços e ferramentas de auxílio às mulheres em risco; campanhas para conscientizar a comunidade sobre o risco aumentado de violência contra as mulheres durante a pandemia; a importância de manter contato e garantir apoio social às mulheres vítimas de violência; e informar sobre as ferramentas e locais que prestam auxílio a essas mulheres<sup>24</sup>.

Além das medidas de proteção às mulheres, as intervenções públicas são necessárias para proteger o acesso delas aos alimentos durante crises econômicas, uma vez que são mais vulneráveis à insegurança alimentar<sup>2,17</sup>. Estudos mostram que garantir o controle das mulheres sobre bens, recursos produtivos e renda pode aumentar a produção de alimentos e proteger o acesso das mulheres aos alimentos<sup>16,17</sup>. Portanto, as políticas públicas devem se concentrar no fortalecimento do poder de decisão das mulheres sobre a economia doméstica, a fim de melhorar sua situação de segurança alimentar.

O enfrentamento da pandemia exige medidas de isolamento social, afetando diretamente a economia, aumentando os riscos de violência contra a mulher e a insegurança alimentar, além de dificultar o acesso ao apoio social. Por isso, não pode haver uma estratégia epidemiológica de distanciamento social sem políticas de proteção social, pois o governo não será capaz de sustentá-la ou arcará com custos sem precedentes<sup>15</sup>. De modo que, para proteger as mulheres e o acesso à alimentação, é preciso pautar-se em políticas de proteção social que garantam o acesso a serviços básicos e ampla cobertura de transferências de renda aos mais vulneráveis, com foco no fortalecimento do controle feminino sobre a renda e os bens produtivos<sup>15</sup>. Como defendido por Blofield e Filgueira<sup>25</sup>, não há outra solução que possa maximizar os aspectos epidemiológicos, sociais e políticos senão o investimento em políticas de proteção social.

## Limitações do estudo

Pesquisas futuras devem explorar se o aumento da percepção da desigualdade de gênero foi devido à estagnação do crescimento econômico ou ao aumento da consciência sobre a desigualdade de gênero na América Latina. Ademais, apesar de a violência contra mulheres ter suas raízes na desigualdade de gênero, mais estudos são necessários para analisar a associação desses fenômenos durante crises econômicas.

## Contribuições dos autores

Todos os autores participaram ativamente de todas as etapas de elaboração do manuscrito.

## Agradecimentos

Os autores agradecem à Gallup Organization por fornecer acesso ao conjunto de dados do Gallup World Poll.

## Conflito de interesse

Os autores não têm conflito de interesse a declarar.

## Direitos autorais

Este artigo está licenciado sob a Licença Internacional Creative Commons 4.0, tipo BY ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)).





**Editora**

Rosamaria Giatti Carneiro

**Editor associado**

Antonio Python Cyrino

**Submetido em**

22/09/20

**Aprovado em**

07/06/21

## Referências

1. Miller M. Food security and social support: exploring relationships between social resources and access to adequate food [dissertação]. Sainte-Anne-de-Bellevue (Quebec, Canada): McGill University; 2015.
2. Sousa LR, Saint-Ville A, Samayoa-Figueroa L, Melgar-Quíñonez H. Changes in food security in Latin America from 2014 to 2017. *Food Secur.* 2019; 11(3):503-13.
3. Sousa LR, Segall-Corrêa AM, Ville AS, Melgar-Quíñonez H. Food security status in times of financial and political crisis in Brazil. *Cad Saude Publica.* 2019; 35(7):e00084118.
4. Tavares AB, Silveira F, Paes-Sousa R. Proteção Social e Covid-19: a resposta do Brasil e das maiores economias da América Latina. *NAU Soc.* 2020; 11(20):111-29.
5. Gallup (GWP). Worldwide research methodology and codebook. Washington: Gallup World Poll; 2017.
6. Sylaska KM, Edwards KM. Disclosure of intimate partner violence to informal social support network members: a review of the literature. *Trauma Violence Abuse.* 2014; 15(1):3-21.
7. Food Agriculture Organization - FAO. Methods for estimating comparable rates of food insecurity experienced by adults throughout the world. Rome: FAO; 2016.
8. Camou M. Historical patterns of gender inequality in Latin America: new evidence. Montevideu: FCS-PHES; 2015.
9. Hakura MD, Hussain MM, Newiak MM, Thakoor V, Yang MF. Inequality, gender gaps and economic growth: comparative evidence for Sub-Saharan Africa. Washington: International Monetary Fund; 2016.
10. Braunstein E, Seguino S. The impact of economic policy and structural change on gender employment inequality in Latin America, 1990–2010. *Rev Keynesian Econ.* 2018; 6(3):307-32.
11. The World Bank. Data World Bank [Internet]. Washington; 2020 [citado 22 Nov 2020]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country>



12. International Monetary Fund - IMF. Western hemisphere: tale of two adjustments. *World economic and financial surveys Description*. Washington: International Monetary Fund; 2017.
13. Maxfield S. Modifying best practices in women's advancement for the Latin American context. *Women Manage Rev*. 2005; 20(4):249-61.
14. Eastin J, Prakash A. Economic development and gender equality: is there a gender Kuznets curve? *World Polit*. 2013; 65(1):156-86.
15. Blofield M, Hoffmann B, Llanos M. Assessing the political and social impact of the Covid-19 crisis in Latin America. *Giga Focus*. 2020; (3):1-12.
16. Sinclair K, Ahmadiheidari D, Dallmann D, Miller M, Melgar-Quiñonez H. Rural women: most likely to experience food insecurity and poor health in low- and middle-income countries. *Glob Food Secur*. 2019; 23:104-15.
17. Jung NM, Bairros FS, Pattussi MP, Pauli S, Neutzling MB. Gender differences in the prevalence of household food insecurity: a systematic review and meta-analysis. *Public Health Nutr*. 2017; 20(5):902-16.
18. Taukobong HF, Kincaid MM, Levy JK, Bloom SS, Platt JL, Henry SK, et al. Does addressing gender inequalities and empowering women and girls improve health and development programme outcomes? *Health Policy Plan*. 2016; 31(10):1492-514.
19. Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL. Latin America and the Caribbean: looking ahead after the Millennium Development Goals. *Regional monitoring report on the Millennium Development Goals in Latin America and the Caribbean*. Santiago, Chile: United Nations; 2015.
20. Roesch E, Amin A, Gupta J, García-Moreno C. Violence against women during covid-19 pandemic restrictions. *BJM*. 2020; 369:m1712.
21. Marques ES, Marques ES, Hasselmann MH, Reichenheim ME, Deslandes SF. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela Covid-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cad Saude Publica*. 2020; 36(4):e00074420.
22. Paz C, Muller M, Boudet AMM, Gaddis I. Gender dimensions of the Covid-19 pandemic. Washington: World Bank Group; 2020.
23. Silva MJ, Harpham T. Maternal social capital and child nutritional status in four developing countries. *Health Place*. 2007; 13(2):341-55.
24. Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS. Covid-19 e a violência contra a mulher: o que o setor/sistema de saúde pode fazer. Washington: OPAS; 2020.
25. Blofield M, Filgueira F. Covid19 and Latin America: social impact and social policies. Buenos Aires: Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento - CIPPEC; 2020.



Social support has been shown to mitigate increased food insecurity (FI) and gender inequality (GI) triggered by economic crises. However, unlike other shocks to the economy, the crisis triggered by the Covid-19 pandemic included social isolation. This study used data from a cross-sectional study collected in 18 countries in Latin America to evaluate changes in perceptions of GI and its association with FI and social support in the region during the economic crisis. The findings show a gradual increase in perceptions of GI in FI and that interviewees suffering from FI and low levels of social support were more likely to perceive GI. Women are more vulnerable to FI and domestic violence, and social isolation may be an aggravating factor. Public policy should ensure that women have greater control over income and productive assets.

**Keywords:** Gender inequality. Food and nutrition insecurity. Social support. Pandemics. Economic recession.

Mientras que las crisis económicas desencadenan el aumento de la inseguridad alimentaria (IA) y la desigualdad de género (DG), el apoyo social muestra un alivio de esos impactos. Sin embargo, diferentemente de otros impactos económicos, la pandemia de Covid-19 incluyó en el escenario de crisis el aislamiento social. Este estudio utilizó datos de investigación transversal colectados en 18 países de AL, para evaluar los cambios en las percepciones de la DG y su asociación con la IA y el apoyo social durante el período de crisis económica en la región. Los resultados mostraron aumentos graduales en las percepciones de la DG en AL y que los entrevistados con IA y bajo apoyo social eran los más propensos a percibir la DG. Las mujeres son más vulnerables a la IA y a la violencia doméstica y el aislamiento social puede ser un agravante. Las políticas públicas deben asegurar que las mujeres tengan mayor control sobre los ingresos y los bienes productivos.

**Palabras clave:** Iniquidad de género. Seguridad alimentaria y nutricional. Apoyo social. Pandemias. Recesión económica.